

Intervenção de abertura do debate da Moção de Censura

16 de Janeiro de 2008

Francisco Louçã

As primeiras linhas do Programa Eleitoral do PS são premonitórias: “Vive-se um grande pessimismo em Portugal. Este pessimismo deve-se à falta de rumo, à gestão desastrada dos últimos três anos e às promessas não cumpridas”. Era assim em 2005 e é assim em 2008: promessas não cumpridas e gestão desastrada é o fado dos governos que prezam menos a responsabilidade do que a conveniência.

Três promessas não cumpridas: impostos, emprego e referendo

José Sócrates prometeu não subir impostos. Não “repito os erros do passado, é a receita errada”, dizia (entrevista à RTP na campanha eleitoral). Repetiu a receita errada e subiu os impostos assim que foi primeiro-ministro. Justificou-se com a ignorância.

José Sócrates prometeu “recuperar, nos próximos 4 anos, os cerca de 150 mil postos de trabalho perdidos na última legislatura” (programa do PS). Assim que foi primeiro-ministro, desleixou a promessa. Justificou-se com a inércia.

José Sócrates prometeu “reforçar a legitimação democrática do processo de construção europeia” com o referendo popular (Programa do PS). Assim que pode, anulou o referendo. Justificou-se com a solidariedade para com Brown, Merkel e Sarkozy.

O valor da palavra dada é o fundamento do contrato político

Senhor primeiro-ministro: o parlamento está hoje reunido para julgar o seu incumprimento das promessas mais solenes que fez aos portugueses.

Estamos aqui para defender o valor mais elevado que uma pessoa de bem deve prezar, o valor da palavra dada.

E, ao julgar o valor da palavra dada, estamos a discutir o fundamento da política.

Exercendo o seu poder constitucional de censura, o parlamento convoca-o porque não podemos aceitar o desvirtuar da democracia e a sua redução a um plano de contingência ou a um jogo de ilusões.

O contrato de representação em que se baseia o mandato – dos deputados como do governo – é o pacto com o cidadão eleitor. Só pode ser um pacto de verdade e de respeito. O mandato mandata o representante em nome do seu compromisso. E nenhuma razão da facção maioritária se lhe pode sobrepor, pois a democracia não tolera que a vantagem do poder se imponha contra a virtude da coisa pública.

A exigência republicana do “governo equilibrado” de Aristóteles fundamenta-se no carácter irrenunciável do comprometimento eleitoral, que é a essência da representação. E por isso, tanto anos depois, na revolução americana, Thomas Jefferson alertava contra o risco de o poder se alojar num grupo, se a indiferença esvair a república.

A utilização instrumental do poder ao serviço da facção do governo é, por tudo isto, a violação do contrato político. Sei que esta volúpia do poder tem a idade do absolutismo: os Neoconservadores, apaniguados de George Bush III, reclamam o direito de o soberano enganar o seu povo sempre que tal lhe convier, e assim procederam. Para o mais distinto dos absolutistas, Thomas Hobbes, o poder soberano nem sequer está sujeito às suas próprias leis e a política é portanto um artifício de dominação.

Por isso, quem convoca aqui a palavra dada lembra-lhe, senhor primeiro-ministro, que o contrato que estabelece a sociedade política só é democrático quando a representação pelo seu compromisso.

Escrevia John Locke que “A liberdade dos seres humanos sob um governo consiste em ter uma regra estabelecida para viver, e não ter que me submeter à vontade inconstante, incerta, desconhecida e arbitrária de um outro homem”.

Eu, cidadão livre, não me submeto à vontade inconstante, incerta e arbitrária de um outro homem, por mais poderoso que ele seja. A democracia é uma regra e perde-se quando aceita o arbítrio.

E como é evidente a inconstância e a arbitrariedade da sua decisão sobre questões decisivas, senhor primeiro-ministro!

Os impostos, o emprego, o direito a decidir sobre o futuro da Europa – três questões constituintes. Violadas as promessas, medíocres justificações são exibidas: ignorância, inércia, desinteresse, exclusividade da política sem os cidadãos. Em todas elas está a tirania da parte contra o todo.

Mas em nenhuma fica mais clara essa vertigem autoritária do que na recusa da sua própria palavra sobre o referendo europeu.

O referendo foi prometido para o Tratado que substituiria a Constituição Europeia

O primeiro-ministro, aliás, não permite qualquer dúvida sobre o simbolismo da sua decisão: ao vangloriar-se da aprovação do tratado, dizia que “Este é um dos dias mais importantes da minha carreira política” (Expresso, 15 de Dezembro de

2007). E para os portugueses que não têm carreira política, não é um dia importante?

Dizia ainda o primeiro-ministro que “Com o Tratado, a Europa vence o impasse político e institucional que limitou a sua capacidade de acção nos últimos anos” (Público, 14 de Dezembro de 2007). E se o tratado salva a Europa, como pode ser aprovado sem os europeus?

Não, o primeiro-ministro não argumenta que o Tratado seja irrelevante. Pelo contrário, enaltece-lhe o brilho. Sem o Tratado, a sua carreira política ficaria atrasada e Europa continuaria à deriva.

O Tratado, então, deve ser discutido como o que é realmente: a fundação da Europa alargada a 27, com o seu modo de decisão maioritária, o seu Presidente, o seu Alto Representante para os Negócios Estrangeiros, a personalidade jurídica, a política monetária, a organização dos mercados, numa palavra, a definição da União. Mas é precisamente sobre todas e cada uma destas escolhas que o referendo foi prometido e a opinião dos europeus é necessária.

Havia mesmo, e desde há muito, um consenso nacional para que o tratado europeu fosse referendado. Para tanto se procedeu a uma revisão constitucional em 2005, prevendo especificamente o referendo sobre esse “tratado que vise a construção e o aprofundamento da união europeia”, o que, na opinião de Jorge Miranda, define um “regime específico” que “envolve a obrigatoriedade jurídico-constitucional de realização desse referendo” (Público, 4 de Janeiro de 2008).

É certo que o primeiro-ministro recusa que tal consenso existisse, mesmo à custa do paradoxo de uma revisão constitucional excedentária.

Façamos então o exercício de fingir ignorar tal injunção constitucional.

Ainda assim, vou-vos demonstrar, senhoras e senhores deputados, que a promessa do referendo era imperativa e, mais, que a promessa não se referia à Constituição mas sim ao Tratado que já se sabia que a substituiria.

Convoque-se então o depoimento do próprio primeiro-ministro.

No debate parlamentar de 27 de Abril, e quando já a França tinha feito naufragar a Constituição Europeia, o primeiro-ministro não poupou as palavras garantindo que “A posição do governo é clara: queremos sufragar o próximo tratado institucional por referendo. É essa a nossa posição” (página 10, DAR 1ª série, nº77). Mais enfático não podia ser e continuou: “Quanto ao referendo, mantenho o compromisso do governo: queremos que a ratificação do futuro tratado institucional seja feita, em Portugal, por referendo. É isso que digo, portanto não há aqui qualquer ‘sim, mas’” (página 25, DAR 1ª série, nº77).

Explicava o primeiro-ministro que o fim da Constituição europeia “foi o argumento fundamental que me levou a propor um adiamento desse referendo

para a altura em que houvesse um novo consenso político à volta de um outro tratado que pudesse juntar os 27 países” (página 24, DAR 1ª série, nº77).

O primeiro-ministro sempre prometeu um referendo a este Tratado que substituiu a Constituição e que está escrito desde Julho. “É o mesmo texto”, explicava ele a uma televisão nesse mês.

A moção de censura responde pela palavra dada e defende o direito de os Europeus decidirem sobre a Europa

Votaremos esta moção de censura segundo alinhamentos políticos, mas se este parlamento se respeitasse a si próprio, senhor primeiro-ministro, tenha a certeza que se levantaria com uma só voz para lhe exigir contas pelo logro. O senhor prometeu aqui o que prometeu a todos os eleitores: a devolução do direito de decisão sobre o novo tratado por via do referendo.

O senhor primeiro-ministro sabia que a Constituição tinha soçobrado e que a sua tarefa era elaborar um novo Tratado que recuperasse as mesmas disposições ignorando o simbolismo constitucional. Esse foi o mandato que recebeu da presidência alemã e, nesse preciso momento, Sócrates anunciou ao país que “O governo mantém o seu compromisso, Portugal deve fazer referendo” (Diário de Notícias, 18 de Junho de 2007). “Portugal não se desvia um milímetro” do mandato da CIG, garantia o governo (Primeiro de Janeiro, 24 de Setembro de 2007).

Não se desviou um milímetro. O Tratado foi somente o que já estava escrito que fosse.

Em cada dia em que garantiu que mantinha o referendo, o primeiro-ministro faltou à sua palavra. E não sei se foi mais degradante ter enganado o país durante seis meses ou ter fingido que ia cumprir o prometido.

Entretanto, os partidários do governo rasgaram as vestes proclamando o seu amor eterno pela participação popular, pela soberania do eleitor com a decisão referendária. Foram eleitos com essa promessa. Abandonaram-na sem piedade.

Senhoras e senhores deputados: nenhum de vós tem mandato para votar o tratado no parlamento – não submeteram aos eleitores nenhuma consideração sobre a personalidade jurídica da União ou sobre o estatuto do Banco Central. Não ouviram os eleitores sobre as competências da União ou o primado do direito comunitário. Não ouviram o eleitor sobre nada, propuseram-lhe que esperasse porque viria a sua vez de decidir.

Chegado o dia da verdade, viram-se para o eleitor e dizem-lhe que basta uma Europa de democracia mínima, um tratado despachado nos parlamentos e que o povo só pode acenar para o palácio.

Para os cortesãos, as pessoas são um estorvo e a Europa deve ser blindada contra os europeus.

O primeiro-ministro recusa o referendo, mas aceitá-lo-ia se outros países o fizessem

É certo que, hoje, subirão aqui tribunos para explicar porque não respeitam a sua própria palavra. Dirão que sempre desconfiaram do referendo que sempre prometeram. Dirão que não se referenda um tratado que tem consenso entre o PSD e o PS porque se referendava um Tratado Constitucional que tinha o consenso entre o PSD e o PS. Dirão que o referendo permite – imagine-se o desplante – que partidários do “não” e do “sim” discutam. Dirão que o tratado é muito complexo e que um eleitor normal não compreende um texto em Português Técnico.

Dirão até, como o primeiro-ministro, que se outros fizessem referendo então também faríamos – mesmo que, claro, ele não seja necessário e até que, sendo abusivo, deva ser rejeitado. Cínicos: se outros governos decidissem o que Sócrates aqui recusa, então, em suprema condescendência, estaria autorizado um referendo em Portugal.

Mas, de facto, não é sobre argumentos que hoje votaremos, senhoras e senhores deputados. Votaremos contra a facção do governo que olha os eleitores de viés e lhes diz: a Europa não é convosco, a Europa é demasiado complicada para a vossa inteligência. Não, a Europa é connosco.

Votaremos sobre a essência da política e sobre a verdade da democracia.
Votaremos sobre o próprio princípio de representação do nosso mandato:
votaremos sobre a palavra dada.

A claustrofobia democrática é agravada pela falta à palavra dada

Votaremos, assim, sobre aceitar ou recusar um novo passo na claustrofobia democrática.

Vai longa a lista. Gestão autoritária nas escolas, concentração de polícias, base de dados genéticos, fecho de serviços públicos, lei de imprensa ameaçadora, despedimento sem justa causa, intimidação a funcionários públicos, atemorização de sindicatos, e agora a recusa do exercício democrático para o debate europeu.

O atrofiamento da democracia é uma conspiração contra a Europa e é em nome da Europa que vamos votar hoje. O país está abafado por um governo que não o respeita.

Moção de censura e remodelação do governo

Por isso, o governo será aqui censurado. E este será porventura o último acto deste governo. Amanhã ou depois de amanhã, já será um governo remodelado

que tomará posse e nem assim aceitará respeitar a palavra dada. Por isso, é ao primeiro-ministro que o país pede contas.

Esta censura vencerá porque tem do seu lado a maioria do país. Porque respeita a palavra. Hoje levantar-se-ão as deputadas e os deputados que têm palavra.